

HABEAS CORPUS Nº 548.462 - DF (2019/0356406-3)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(**DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE**)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO BOANI PAULUCCI JUNIOR - DF007711
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : ELIS REGINA OLIVEIRA FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar, deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de **ELIS REGINA OLIVEIRA FERREIRA** contra o v. acórdão prolatado pelo **eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**.

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada às penas de 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime fechado, e 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, como incurso nas sanções do art. 33, **caput**, c.c. art. 40 inciso III, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação ao Tribunal de origem, que negou provimento ao apelo, nos termos do acórdão juntado às fls. 22-29, com a seguinte ementa:

"PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - IMEDIAÇÕES DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO (ESCOLA) - CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO PREVISTA NO INCISO III DO ARTIGO 40 DA LEI 11.343/2006 - SENTENÇA MANTIDA. 1. "O reconhecimento da causa especial de aumento prevista no inciso III do artigo 40 da Lei 11.343/2006 não exige demonstração em concreto de ter sido efetivamente atingido o público respectivo. Crime contra a saúde pública e de perigo abstrato, a própria lei presume o risco, bastando que o fato se dê nas imediações dos locais enumerados pelo dispositivo. No caso, os fatos se deram nas imediações de escola pública e de quadra esportiva, o que é suficiente para a incidência da referida causa de aumento de pena." (Acórdão nº 1122659) 2. Apelação

conhecida e desprovida."

No presente **writ**, o impetrante aduz que: "*a Colenda Turma, ao aplicar a causa de aumento de pena prevista no art. 40, inciso III da Lei 11.343/2006, sem se atentar que no fato concreto não houve comercialização da droga durante o horário de aula, bem como, de que a acusada já se encontrava distante do estabelecimento de ensino, utilizou-se assim, de fundamentação inidônea e contrária à jurisprudência sedimentada por esta Corte Superior.*"

Requer, ao final, a concessão da liminar, para reduzir a sanção (fls. 3-10).

É o breve relatório.

Decido.

O col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso pertinente. As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado.

Portanto, não se admite mais a utilização de **habeas corpus** substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. Entretanto, no caso de flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, a jurisprudência recomenda a concessão da ordem de ofício.

Na hipótese, compulsando os autos, denota-se que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, não restando configurada, **de plano**, flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, nos limites da cognição **in limine**, ausentes os indícios para a configuração do **fumus boni iuris**, a **quaestio** deverá ser apreciada após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Denego, pois, a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator